



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

PARECER n. 00908/2023/CGSEM/SCGP/CGU/AGU

NUP: 12804.100067/2023-71

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI

ASSUNTO: Pregão para a contratação de solução de tecnologia da informação.

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão eletrônico para registro de preços e eventual contratação de solução corporativa de impressão, reprodução e digitalização de documentos (Outsourcing de Impressão) na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, para atendimento de necessidades do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), compreendendo os Ministérios demandantes nos termos da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 (Portaria MGI nº 43/2023), do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social - que compõem entre si arranjo colaborativo próprio.

Legislação aplicável: Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, Instruções Normativas SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Decreto SRP nº 11.462/2023. Recomendações.

I- RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a realização de pregão eletrônico para registro de preços e eventual contratação de solução corporativa de impressão, reprodução e digitalização de documentos (Outsourcing de Impressão) na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, para atendimento de necessidades do **Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI)**, compreendendo os Ministérios demandantes nos termos da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 (Portaria MGI nº 43/2023), do **Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social**, que compõem entre si arranjo colaborativo próprio.

2. A presente contratação, a pós pesquisa mercadológica, possui valor máximo mensal de **R\$ 512.666,20 (quinhentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)** e anual de **R\$ 6.151.994,40 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**.

3. O valor máximo previsto para a presente contratação monta em **R\$ 30.759.972,00 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais)** considerando todo o período de **cinco anos** previsto de execução contratual.

4. A prestação do objeto da presente contratação dar-se-á por **execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, com pagamento precipuamente mensal**, conforme a métrica página impressa, baseada em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste TR, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso XIII, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

5. Trata-se de contratação com compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios, o qual foi disciplinado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da **Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023**.

6. A licitação será realizada em grupo único, formados por **8 itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

7. De acordo com o Termo de Referência, os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, e são especificados neste Termo de Referência (TR) de acordo com o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão estabelecido pela **Portaria SGD/MGI nº 370/2023**.

8. Ademais, os serviços foram enquadrados como continuados, tendo em vista sua essencialidade à execução das tarefas cotidianas executadas no âmbito dos Ministérios.

9. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, prorrogável para até 10 anos, na forma dos **artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021**.

10. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com fundamento no art. 3º do **Decreto 11.462/2023**. Conforme TR, item 3.7.1, houve justificativa de não realização de procedimento de Intenção de Registro de Preço.

11. Os presentes autos, enviados via sistema SAPIENS, foram distribuídos para análise e emissão de parecer, nos termos do *caput* e §§ 1º e 4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos termos do art. 11, VI, *a*, da LC nº 73, de 10

de fevereiro de 1993, encontrando-se instruídos com os seguintes documentos, no que interessa à presente análise:

12. No que concerne à instrução processual, destacam-se os seguintes documentos:

- o Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 35091324 e 38216468);
- o Portaria de Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 35413948);
- o Mapa de Riscos (contratação) (SEI nº 36498154);
- o Estudo Técnico Preliminar 107/2023 (SEI nº 38216619);
- o Pesquisa de Preço (Item 14 do ETP (SEI nº 38216619);
- o Termo de Referência 50/2023 (SEI nº 38217533);
- o Termo de Responsabilidade - TR (SEI nº 38624720);
- o Certificação de Disponibilidade Orçamentária (SEI nº 38630075);
- o Despacho informando inclusão PCA 2023 (SEI nº 35091426);
- o Minuta de autorização (D.10.193/19) (SEI nº 38920508);
- o Minuta de Contrato - Serviço TIC/LIC (L14133) (SEI nº 38915091);
- o Termo de Responsabilidade - Contrato (SEI nº 38917463);
- o Intenção de Registro de Preços nº 15/2023 (SEI nº 38983335);
- o Minuta de Ata de Registro de Preços (SEI nº 38968648);
- o Minuta de Edital (SEI nº 38808563);
- o Termo de Responsabilidade - Edital (SEI nº 38810721).

13. É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

14. A análise de competência deste órgão jurídico –*assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade*– dar-se-á estritamente sob o enfoque jurídico, isto é, sem adentrar nas considerações de ordens técnicas, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, conforme o Enunciado nº 07 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, que dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento”.

15. Desta forma, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos e avaliação do preço estimado tenham sido regularmente examinadas e determinadas pelo setor competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

16. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

17. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

II.2. Avaliação de conformidade legal

18. Fundamentado nos princípios inseridos no art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, antes do envio do processo para análise jurídica, deverá ser realizada uma avaliação de conformidade legal do procedimento de contratação, mediante adoção da lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União para Contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic>.

19. No presente caso, verifica-se que o Órgão interessado realizou a avaliação de conformidade legal, anexando aos autos a LISTA DE VERIFICAÇÃO - LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - **Contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (SEI 38971827)**.

II.3. Limites de contratação e instâncias de governança

20. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo Federal, donde se destaca a previsão contida em seu art. 3º:

"Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

21. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019, incumbindo ao órgão consulente ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.139, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

22. Consta dos autos a **minuta de autorização do Decreto nº 10.193/2019 (SEI nº 38920508)**.

23. Assim sendo, **RECOMENDA-SE**, no momento oportuno, adotar as providências necessárias para obter a autorização do art. 3º, do Decreto nº 10.193, de 2019, o que pode ser feito até antes da assinatura do Contrato.

24. Lembra-se, outrossim, que é de competência do órgão assessorado verificar a existência da devida delegação/subdelegação de poderes, quando for o caso.

II.4. Adequação da modalidade licitatória eleita e natureza contínua dos serviços

25. A escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, mostra-se adequada, pois os bens e serviços a serem contratados foram qualificados como **comuns** pela unidade técnica, no Termo de Referência, em conformidade com o disposto no art. 6º, incisos XIII e XLI, da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 25, parágrafo único, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, bem como na Orientação Normativa AGU nº 54, de 25 de abril de 2014:

TR

Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, e são especificados neste Termo de Referência (TR) de acordo com o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão estabelecido pela Portaria SGD/MGI nº 370 /2023.

26. Destaque-se que, à luz do art. 9º, § 1º, do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo **menor preço**.

27. Também é indispensável que o órgão assessorado indique, ateste e justifique a natureza contínua (ou não) dos serviços, de modo a fundamentar a eventual previsão de prorrogação do prazo de vigência com fundamento no art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

28. O serviço a ser licitado foi caracterizado como serviço contínuo com base no Termo de Referência já citado:

Os serviços são enquadrados como continuados, tendo em vista sua essencialidade à execução das tarefas cotidianas executadas no âmbito dos Ministérios, necessários ao apoio operacional no desempenho das atividades institucionais das unidades, especialmente a geração de documentos eletrônicos e físicos para instrução de processos administrativos e demais documentos de expediente. Não podem sofrer descontinuidade sob pena de causar prejuízos relevantes ao desempenho das atividades dos órgãos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) acostado aos autos.

II.5. Opção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP

29. A Administração optou, neste procedimento, pela utilização do Sistema de Registro de Preços-SRP.

30. O artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 2023, enumera, nos incisos I a V, as situações nas quais deverá ser adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços. Lembramos que as hipóteses de cabimento do SRP são taxativas, nos termos do Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, devidamente aprovado pelo Consultor-Geral da União, em 18/11/2014.

31. Desta forma, é necessária a indicação expressa pelo órgão da hipótese em que se enquadra o pretendido registro de preços.

32. A adoção do Sistema de Registro de Preços é justificada com base no art. 3º do Decreto nº 11.462/23, em seus incisos I, II, III, IV e V.

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

33. No caso concreto, o órgão informa, que será adotado o Sistema de Registro de Preços com assentamento nos incisos I a V do art. 3º do **Decreto 11.462/2023**, bem houve justificativa de não realização de procedimento de Intenção de Registro de Preço, **conforme item 3.7 do TR (SEI 38217533)**.

II.6. - Do Compartilhamento de atividades de administração patrimonial, de material, de gestão de pessoas, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade, de logística, de contratos, de tecnologia da informação, de planejamento governamental e gestão estratégica e de outras atividades de suporte administrativo realizadas por meio de arranjos colaborativos entre Ministérios ou modelos centralizados - Portaria MGI nº 43/2023.

34. O compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios foi disciplinado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos por meio da **Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023**.

35. Estão abrangidas neste as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

36. O novo arranjo vem ao encontro da modernização da Administração Pública, além de possibilitar maior integração entre os órgãos e prestação de serviços mais ágeis e eficientes.

37. De acordo com os artigos 2º e 3º da citada **Portaria MGI nº 43/2023**, o compartilhamento será realizado entre o Ministério denominado Provedor e o Ministério demandante, e poderá ser concretizado por meio de arranjos colaborativos ou modelos centralizados, in verbis:

"Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - Ministério provedor: Ministério responsável pela prestação de serviços administrativos a um ou a um grupo de Ministérios demandantes; e

II - Ministério demandante: Ministério que recebe os serviços de um Ministério provedor.

Art. 3º O compartilhamento de serviços administrativos de que trata esta Portaria poderá ocorrer por meio de:

I - arranjos colaborativos; ou

II - modelos centralizados."

§ 1º Considera-se arranjo colaborativo a modalidade de gestão compartilhada na qual o Ministério provedor executa atividades administrativas para um ou mais Ministérios demandantes.

§2º Considera-se modelo centralizado a modalidade de gestão compartilhada na qual uma unidade centralizadora do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos executa atividades administrativas específicas, disponíveis para órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

38. O Termo de Referência adotou o **modelo de arranjo colaborativo** para a presente licitação, conforme **item 3.7.2** do TR:

3.7.2. Utilização por órgãos não participantes

Por outro lado, a citada Portaria MGI nº 43/2023 orienta a consolidação do papel institucional do MGI e especificamente da SSC, no sentido de ampliar seu **papel de provedor de serviços comuns aos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**, em seu art. 5º, a saber:

Art. 5º Os seguintes Ministérios provedores prestarão serviços administrativos compartilhados, por meio de arranjos colaborativos, aos seguintes Ministérios demandantes:

[...]

Parágrafo único. O serviço administrativo compartilhado a que se refere o caput poderá ser estendido a outros órgãos, por meio de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Ministério interessado e o novo Ministério provedor, após concordância prévia do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Por conseguinte, pretende-se realizar o presente certame permitindo futuras adesões nos termos do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 14.133/2021, observadas a seguinte ordem de preferência para utilização da respectiva ARP, desde que as respectivas demandas se adequem plenamente às características do presente planejamento:

a) Demais Ministérios citados na Portaria MGI nº 43/2023 que não compõem o arranjo cujo provedor é o MGI, e suas respectivas novas estruturas administrativas;

b) Órgãos que comprovadamente possuam dificuldades de recursos humanos e administrativos para realização de certames e gestão de contratos próprios;

- c) Estruturas que se enquadrem no art. 3º, IV do Decreto nº 11.462/2023, acima citado;
- d) Demais instituições que possuam necessidades de tais serviços.

39. Ainda sobre o compartilhamento de atividades de suporte administrativo, a **Nota Técnica SEI nº 47988/2023/MGI (SEI 38971845)** questiona o que segue abaixo:

Nesse sentido, não consta nos autos, acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Trabalho e Emprego/Ministério da Previdência Social.

Outra questão que merece atenção seria a existência de órgão pertencente a administração indireta, no caso específico a FUNAI, consoante pontuado no subitem 3.5 (Estimativa da Demanda) do Termo de Referência. Sendo assim, sugerimos que seja avaliado se o serviço compartilhado poderia contratar para a administração indireta.

40. Assim, à primeira vista, da leitura da **Nota Técnica SEI nº 47988/2023/MGI (SEI 38971845)**, verifica-se que não consta dos autos o **acordo de cooperação técnica** entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Trabalho e Emprego/Ministério da Previdência Social, o que se torna necessário, uma vez que o MGI será Ministério provedor do MTE/MPS, conforme parágrafo único do artigo 5º da mencionada Portaria:

Art. 5º Os seguintes Ministérios provedores prestarão serviços administrativos compartilhados, por meio de **arranjos colaborativos**, aos seguintes Ministérios demandantes:

I - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Gestão Corporativa, atenderá:

- a) Ministério da Fazenda;
- b) Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- c) Ministério do Planejamento e Orçamento; e
- d) Ministério dos Povos Indígenas;

...

VI - Ministério do Trabalho e Emprego atenderá o Ministério da Previdência Social;

...

Parágrafo único. O serviço administrativo compartilhado a que se refere o caput poderá ser estendido a outros órgãos, por meio de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Ministério interessado e o novo Ministério provedor, após concordância prévia do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

41. Apesar de não constar dos autos, tem-se conhecimento da existência do referido acordo de cooperação técnica já assinado entre os Ministérios acima interessados.

42. Assim, **RECOMENDA-SE** a juntada aos autos do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Trabalho e Emprego/Ministério da Previdência Social. Se ainda não houver acordo assinado, **RECOMENDA-SE** a respectiva pactuação, antes da assinatura do futuro contrato.

43. Isto porque, como visto acima, a previsão de assinatura de acordo de cooperação técnica é necessária entre Ministérios que pretendem fazer novos **arranjos colaborativos**, para serviços administrativos compartilhados, que não estão previstos na **Portaria MGI nº 43/2023**.

44. Outra questão consultada na referida Nota Técnica questiona a existência de órgão pertencente a administração indireta, no caso específico a **FUNAI**, consoante pontuado no subitem 3.5 (Estimativa da Demanda) do Termo de Referência.

45. No presente caso, tratando-se do modelo de **arranjo colaborativo**, há impeditivo para a previsão da FUNAI na presente licitação para serviço administrativo compartilhado, uma vez que, no **modelo de arranjo colaborativo**, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos não possui previsão de assinatura de acordo de cooperação técnica com Autarquias e Fundações, mas apenas com novos Ministérios interessados.

46. Desse modo, **RECOMENDA-SE** a **exclusão da FUNAI** do pregão, com a alteração da planilha de estimativa de demanda dos órgãos interessados e atualização do Termo de Referência e do valor total da licitação.

II.7. Identificação, delimitação e qualificação do objeto da contratação como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

47. Quanto ao processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal, anote-se que, em 29 de dezembro de 2022, a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa SGD/SEDGG/ME n. 94, de 23 de dezembro de 2022, estabelecendo procedimentos alinhados à Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

48. Em seu art. 2º, inciso VII, a referida Instrução Normativa define a solução de TIC como o “conjunto de bens e/ou serviços que apoiam processos de negócio mediante a conjugação de recursos de TIC, de acordo com as premissas definidas no Anexo II desta Instrução Normativa”.

49. Antes de iniciar a análise propriamente dita da aludida IN SGD/ME nº 94, de 2022, cabe destacar que o seu **art. 3º** traz as seguintes vedações para a contratação: (I) “*mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12*”; e (II) “*os serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018, inclusive gestão de processos de TIC e gestão de segurança da informação*”.

50. Ademais, nos termos do **art. 4º** da referida Instrução Normativa, “*nos casos em que a avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC seja objeto de contratação, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização*”.

51. Além do mais, tem-se as vedações expressas do **artigo 5º** posterior:

Art. 5º É vedado:

- I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;
- II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- III - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- IV - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;
- VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;
- VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação;
- VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;
- IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido;
- X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada;
- XI - nas licitações do tipo técnica e preço, incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame;
- XII - aceitar autodeclarações de exclusividade, ou seja, cartas ou declarações emitidas pela empresa proponente afirmando que seu próprio produto é exclusivo no mercado; e
- XIII - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.

52. Nesse sentido, **RECOMENDA-SE** à área técnica observar, no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, no Catálogo de Serviços e no Edital, as vedações contidas nos **artigos 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022**.

II.8. Autorização para abertura da licitação e celebração de novos contratos de STIC

53. Tratando-se especificamente de contratação de solução de TIC, a IN SGD/ME n. 94, de 2022, exige, no art. 1º, § 2º, que “*Os órgãos e entidades deverão observar os limites de valores para os quais os processos de contratações de TIC deverão ser submetidos à aprovação prévia do Órgão Central do SISP, conforme disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011*”.

54. Conforme a previsão normativa, os órgãos da Administração Pública Federal devem submeter à Secretaria de Governo Digital (Órgão Central do SISP) solicitação para aprovação de contratações relativas a bens e serviços de TIC, desde que o valor global estimado do objeto seja **igual ou superior a 20 (vinte) milhões de reais**, conforme disposto na Instrução Normativa SGD/MGI nº 6, de 29 de março de 2023, que regulamentou o art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, *verbis*:

“Art. 9º-A O Órgão Central do SISP estabelecerá os limites de valores a partir dos quais os órgãos setoriais, seccionais e correlatos do SISP submeterão processos de contratação de bens ou serviços de tecnologia da informação e comunicação à sua aprovação. (Redação dada pelo Decreto nº 10.230, de 2020)

Instrução Normativa SGD/MGI nº 6, de 2023:

Art. 2º Os órgãos e as entidades previstos no art. 1º deverão submeter à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos solicitação para aprovação de contratações relativas a bens e serviços de TIC, para efeito do disposto no art. 9º-A do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, com valor global estimado do objeto igual ou superior a **20 (vinte) milhões de reais**;

§ 1º Para contratações no sistema de registro de preços, o valor global estimado que trata o caput deverá contemplar o montante das demandas dos órgãos gerenciadores incluindo a demanda das entidades participantes do registro de preço.

§ 2º Para efeitos do valor referenciado no caput considerar-se-ão os valores estimados para a primeira vigência do(s) contrato(s).

55. No caso em exame, a presente contratação, após pesquisa mercadológica, possui valor máximo mensal de **R\$ 512.666,20 (quinhentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)** e anual de **R\$ 6.151.994,40 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**, razão pela qual não se faz necessária a referida autorização.

II.9. Fase preparatória do Pregão

II.9.1. Da programação estratégica da contratação

56. As contratações de soluções de TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos

de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal devem estar em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, previstas no Plano Anual de Contratações e alinhadas à Política de Governança Digital, conforme previsto nos artigos 6º e 7º da IN SGD/ME nº 94, de 2022:

"Art. 6º As contratações de soluções de TIC no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP deverão estar:

I - em consonância com o PDTIC do órgão ou entidade, elaborado conforme Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019, e suas atualizações;

II - alinhadas à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações; e

III - integradas à Plataforma gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, quando tiverem por objetivo a oferta digital de serviços públicos.

Art. 7º As contratações de soluções de TIC deverão constar no Plano de Contratações Anual, nos termos do Decreto nº 10.947, de 2022."

57. Compulsando-se os autos, verifica-se, no **item 3.3 do Termo de Referência (SEI nº 38217533)**, a informação segundo a qual o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023.

58. O objeto da contratação também está alinhado com a **Estratégia de Governo Digital 2020-2023** (vide Decreto nº 10.332/2020) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020-2022 do extinto Ministério da Economia (ME) - incorporado pelo MGI e prorrogado por seis meses a contar de 1/4/2023 pela Portaria SGC/MGI nº 973/2023.

II.9.2. Das etapas do planejamento da contratação

59. A IN SGD/ME nº 94, de 2022, prevê, no art. 8º, que as contratações de soluções de TIC deverão seguir três fases, a saber: I - Planejamento da Contratação; II - Seleção do Fornecedor; e III - Gestão do Contrato.

60. De acordo com o art. 10 da IN SGD/ME nº 94, de 2012, o planejamento da contratação se inicia com o recebimento, pela Área de Tecnologia da Informação, do Documento de Oficialização da Demanda, a cargo da Área Requisitante da Solução, prosseguindo, ainda, nas seguintes etapas: a) Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação; b) Estudo Técnico Preliminar da Contratação; c) Termo de Referência; d) Análise de Riscos.

II.9.3. Documento de oficialização da demanda e instituição da Equipe de Planejamento da Contratação

61. Consoante o art. 2º, X, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o documento de oficialização da demanda é o *"documento que contém o detalhamento da necessidade da Área Requisitante da solução a ser atendida pela contratação."* Nessa linha, seus requisitos específicos foram traçados no art. 10 da mesma IN, quais sejam: I - necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do órgão ou entidade, bem como o seu alinhamento ao PDTIC e ao Plano Anual de Contratações; II - explicitação da motivação e dos resultados a serem alcançados com a contratação da solução de TIC; III - indicação da fonte dos recursos para a contratação; e IV - indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.

62. No caso em exame, nota-se que foi juntado aos autos o **Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 35091324 e 38216468)**. A Administração deve observar se contempla todos os requisitos indicados no art. 10 da IN nº 94/2022, principalmente o contido em seus incisos II e III.

63. Consta dos autos o ato de designação de **Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 35413948)** composta por integrantes técnico, requisitante e da área de licitações, nos termos do art. 10 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

64. Alerta-se a Administração para a necessidade de observância integral dos seguintes parágrafos do art. 10 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, *in verbis*:

"§ 4º Os papéis de integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de Integrante Requisitante e Técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos, e aprovados pelo Comitê de Governança Digital do órgão ou entidade.

§ 5º A indicação e a designação da autoridade máxima da Área de TIC para integrar a Equipe de Planejamento da Contratação somente poderá ocorrer mediante justificativa fundamentada nos autos. (Alterado pela Instrução Normativa nº 31, de 23 de março de 2021)"

65. Cumpre ressaltar, ainda, que, nos termos do art. 9º, §§5º e 6º, a Equipe de Planejamento da contratação deverá acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor quando solicitado pelas áreas responsáveis e manter registro histórico de: I - fatos relevantes ocorridos, a exemplo de comunicação e/ou reunião com fornecedores, comunicação e/ou reunião com grupos de trabalho, consulta e audiência públicas, decisão de autoridade competente, ou quaisquer outros fatos que motivem a revisão dos artefatos do Planejamento da Contratação; e II - documentos gerados e/ou recebidos, a exemplo dos artefatos previstos nesta norma, pesquisas de preço de mercado, e-mails, atas de reunião, dentre outros.

II.9.4. Estudo Técnico Preliminar

66. A fase seguinte consiste no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, cujo art. 11 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, prevê os requisitos técnicos mínimos a serem obrigatoriamente observados pela Administração:

"Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

II - análise comparativa de soluções, que deve considerar, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação, observando:

- a) necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas;
- b) as alternativas do mercado;
- c) a existência de **softwares** disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações;
- d) as políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de **Design System** de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, quando aplicáveis;
- e) as necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual;
- f) os diferentes modelos de prestação do serviço;
- g) os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;
- h) a possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço;
- i) a ampliação ou substituição da solução implantada; e
- j) as diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento;

III - análise comparativa de custos, que deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis, incluindo:

- a) cálculo dos custos totais de propriedade (**Total Cost Ownership - TCO**) por meio da obtenção dos custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços de cada solução, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia técnica estendida, manutenção, migração e treinamento; e
- b) memória de cálculo que referencie os preços e os custos utilizados na análise, com vistas a permitir a verificação da origem dos dados;

IV - estimativa do custo total da contratação; e

V - declaração da viabilidade da contratação, contendo a justificativa da solução escolhida, que deverá abranger a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

§ 1º As soluções identificadas no inciso II consideradas inviáveis deverão ser registradas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total de propriedade.

§ 2º O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aprovado e assinado pelos Integrantes Técnico e Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC.

§ 3º Caso a autoridade máxima da Área de TIC venha a compor a Equipe de Planejamento da Contratação, a autoridade que assinará o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será aquela superior à autoridade máxima da Área de TIC."

67. Em alinhamento ao §7º do art. 9º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser confeccionado utilizando o sistema ETP Digital, disponibilizado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do à época Ministério da Economia. **Acostou-se aos autos o Estudo Técnico Preliminar 107/2023 (SEI nº 38216619).**

68. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, o ETP contém os elementos mínimos dispostos no art. 11 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

69. Advirta-se que a aferição da adequação do Estudo Técnico Preliminar da Contratação ao art. 11 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, faz-se apenas sob o aspecto formal, posto que não compete a este órgão consultivo se posicionar sobre temas não jurídicos, como, por exemplo, os assuntos técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade, conforme Enunciado de Boas Práticas Consultivas nº 7 da Consultoria - Geral da União.

70. **O Estudo Técnico Preliminar** foi aprovado pela autoridade competente, conforme informações apresentadas no **Despacho SEI 38216827**.

II.9.5. Termo de Referência com aprovação da autoridade competente

71. A terceira etapa da fase de Planejamento da Contratação consiste na elaboração do Termo de Referência, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, nos termos do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022:

"Art. 12. O Termo de Referência será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - definição do objeto da contratação, conforme art. 13;
- II - código(s) do Catálogo de Materiais - Catmat ou do Catálogo de Serviços - Catser relacionado(s) a cada item da contratação, disponíveis no Portal de Compras do Governo federal;
- III - descrição da solução de TIC, conforme art. 14;
- IV - justificativa para contratação da solução, conforme art. 15;
- V - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 16;
- VI - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 17;
- VII - Modelo de Execução e Gestão do Contrato, conforme arts. 18 e 19;
- VIII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 20;

- IX - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 21;
- X - regime de execução do contrato, conforme art. 22;
- XI - critérios técnicos para seleção do fornecedor, conforme art. 23; e
- XII - índice de correção monetária, quando for o caso, conforme art. 24."

72. Ainda, caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do Sisp, os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros, conforme previsto no art. 9º, § 6º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

73. Nesse sentido, **RECOMENDA-SE** à área técnica atestar se foi utilizado o Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do Sisp ou justifique a não utilização, conforme previsto no art. 9º, § 6º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

§ 6º Caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado previsto no § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2022, os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros.

74. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, o Termo de Referência contém os elementos mínimos dispostos no art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

75. Advirta-se que a aferição da adequação do Termo de Referência ao art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, faz-se apenas sob o aspecto formal, posto que não compete a este órgão consultivo se posicionar sobre temas não jurídicos, como, por exemplo, os assuntos técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade, conforme Enunciado de Boas Práticas Consultivas nº 7 da Consultoria - Geral da União.

76. O Termo de Referência deve ser assinado pelos membros da Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, bem como aprovado pela autoridade competente, em atendimento ao disposto no art. 12, §6º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

Art. 12

§ 6º O Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

77. Consta nos autos o Termo de Referência (SEI nº 38217533), assinado pelos integrantes da equipe de planejamento da contratação (**SEI nº 38217909**), com aprovação do documento pela autoridade máxima da área demandante, conforme **Despacho SEI 38217909**, bem como o Termo de Responsabilidade (SEI nº 38624720), em atendimento ao disposto no § 2º do Art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94.

II.9.6. Gerenciamento de Riscos

78. Durante a fase de planejamento, a Equipe de Planejamento de Contratação deverá identificar e analisar os principais riscos associados à contratação, avaliar e selecionar as respostas aos riscos identificados, bem como produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos, conforme previsto no art. 38, §1º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022:

"Art. 38. O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão prevista na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, registrando-se o alinhamento no Mapa de Gerenciamento de Riscos.

§ 1º Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos que deverá conter no mínimo:

I - identificação e análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, mediante a combinação do impacto e de suas probabilidades, que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC;

II - avaliação e seleção da resposta aos riscos em função do apetite a riscos do órgão; e

III - registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos."

79. Consta dos autos o **Mapa de Gerenciamento de Riscos (SEI nº 36498154)**.

II.10. Descrição do objeto e justificativa da contratação

80. O art. 14 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, dispõe que *“a descrição da solução de TIC deverá conter, de forma detalhada, motivada e justificada, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição”*.

81. De forma semelhante, o art. 15 da referida Instrução Normativa assim estabelece:

"Art. 15. A justificativa para contratação deverá conter, pelo menos:

I - o alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º;

II - a relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto;

III - a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução;

IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação; e

V - a motivação para permitir adesões por parte de órgãos ou entidades não participantes, nos casos de formação de Ata de Registro de Preços passível de adesões.

Parágrafo único. A justificativa deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar as reais necessidades da contratação."

82. No mesmo sentido, o art. 2º do Decreto nº 7.174, de 2010, ao tratar da especificação do objeto a ser contratado, traz as seguintes vedações: que direcionem ou favoreçam a contratação de um fornecedor específico; que não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade; e que não explicitem métodos objetivos de mensuração do desempenho dos bens e serviços de informática e automação.

83. O Tribunal de Contas da União também possui posicionamento consolidado sobre o tema, nos termos da Súmula nº 177, senão vejamos:

"SÚMULA Nº 177

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

84. A relevância da definição precisa do objeto, sobretudo das contratações na área de Tecnologia da Informação, é constantemente destacada pelo Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 122/2020-TCU - Plenário:

"SERVIÇOS DE TIC e INEXIGIBILIDADE. ACÓRDÃO Nº 122/2020 - TCU - Plenário.

9.3. dar ciência (...) de que foram identificadas as seguintes impropriedades (...):9.3.1. contratação direta por inexigibilidade da solução Sterling File Gateway sem respaldo legal, em especial no art. 30 da Lei 13.303/2016, tendo em vista:

9.3.1.1. a disponibilidade no mercado de produtos com funcionalidade similar, inclusive com a existência de contratação de outro fornecedor por parte do próprio Serpro; e

9.3.1.2. a inexistência, nos autos do planejamento da contratação, de estudos e justificativas para se adotar a referida solução como a única adequada ao atendimento dos requisitos técnicos do serviço de transferência controlada de arquivos no Serpro;

9.3.2. contratação da solução Sterling File Gateway sem buscar assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a observância dos princípios da isonomia, da impessoalidade e da obtenção de competitividade, o que afronta o disposto no caput do art. 31 da Lei 13.303/2016;

9.3.3. elaboração açodada, pró-forma e a posteriori dos artefatos essenciais ao planejamento da contratação - Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico - apenas com o fito de cumprir o rito processual, em subversão da sequência processual prevista, definindo-se primeiro a forma de contratar para em seguida elaborar os documentos destinados a sustentar tal definição, o que desrespeita o princípio fundamental do planejamento e do controle insculpidos nos incisos I e V, do art. 6º, do Decreto-Lei 200/1967;

9.3.4. autorizações para contratação por inexigibilidade, efetuadas pelos gerentes, superintendentes, diretores, consultoria jurídica, conselheiros e presidente, sem respeito ao devido processo legal, previamente à conclusão do planejamento da contratação, sem respaldo em Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico e Parecer Jurídico, o que afronta o art. 7º, inciso I, c/c § 2º, inciso I, c/c § 9º da Lei 8.666/1993;

9.3.5. não existência nos autos da contratação dos seguintes artefatos relativos à solução adotada (Sterling File Gateway), o que afronta o disposto no inciso IX, do art. 6º da Lei 8.666/1993:

9.3.5.1. estudos técnicos relativos à viabilidade, vantagens e desvantagens de substituição da ferramenta similar em uso;

9.3.5.2. análise de riscos e os planos de migração de uma solução para a outra; e

9.3.5.3. análise comparativa dos custos das soluções para avaliação da vantajosidade econômica da substituição;

9.3.6. justificativa de preços da solução Sterling File Gateway baseada em uma única fonte de pesquisa, o que desatende a jurisprudência do TCU e o art. 30, § 3º, inciso III, da Lei 13.303/2016; e

9.3.7. assinatura de contrato para suporte à solução tecnológica similar, com vigência por 24 meses, dois meses antes da data em que ocorreu a contratação da solução Sterling File Gateway, o que desrespeita os princípios fundamentais do planejamento e do controle insculpidos nos incisos I e V, do art. 6º, do Decreto-Lei 200/1967, bem como desatende aos princípios da eficiência e da economicidade constantes do art. 31 da Lei 13.303/2016;"

85. De acentuada importância, portanto, que o órgão assessorado defina de maneira clara, objetiva e completa o objeto a ser licitado.

86. Importa ressaltar que, para os materiais a serem utilizados e fornecidos pela contratada na execução dos serviços, é vedada a preferência por determinada marca/fabricante, salvo se a indicação tiver como finalidade servir como parâmetro de qualidade para melhor especificação do objeto a ser licitado, quando então a designação da marca deverá ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar", conforme consta do caderno de Licitações e Contratos do TCU (Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU/Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 219).

87. No caso dos autos, verifica-se que a solução se trata de **realização de pregão eletrônico para registro de preços e eventual contratação de solução corporativa de impressão, reprodução e digitalização de documentos (Outsourcing de Impressão) na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente**, sendo apresentada justificativa para a contratação no ETP e no Termo de Referência.

88. Quanto ao assunto, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada. O intuito é não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados.

II.10.1. Quantitativo estimado.

89. Como exposto acima, art. 14 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, dispõe que “a descrição da solução de TIC deverá conter, de forma detalhada, motivada e justificada, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição, vedando a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades.

Art. 14. A descrição da solução de TIC como um todo deverá conter, de forma detalhada, motivada e justificada, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

90. Em atenção ao preceito legal retro mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

91. A esse respeito, a IN SGD/ME nº 94, de 2022 traz, em seu artigo 11, inciso I, a necessidade de que o Estudo Técnico Preliminar elaborado pelo órgão apresente a estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

Art. 11. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação será realizado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo, no mínimo, as seguintes tarefas:

I - definição e especificação das necessidades de negócio e tecnológicas, e dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para a sua composição;

92. Ou seja, é indispensável que a autoridade planeje a contratação com base em estudos que demonstrem não só a necessidade do serviço, mas também a necessidade dos quantitativos propostos. Necessário, pois, que a justificativa contenha esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados do certame.

93. De acordo com o **item 6.14 do Termo de Referência**, a estimativa prévia do volume de serviços foi realizada de acordo com a seção 6 do Anexo da Portaria SGD/MGI nº 370/2023. Está baseada no histórico de execução da solução que atualmente atende às necessidades de impressão, cópia e digitalização no âmbito do MF, MDIC, MGI, MTE, MPO, MPS e MPI, compreendendo parte de suas Unidades Descentralizadas:

6.14. Quantificação dos Serviços

A estimativa prévia do volume de serviços foi realizada de acordo com a seção 6 do Anexo da Portaria SGD/MGI nº 370/2023. Está baseada no histórico de execução da solução que atualmente atende às necessidades de impressão, cópia e digitalização no âmbito do MF, MDIC, MGI, MTE, MPO, MPS e MPI, compreendendo parte de suas Unidades Descentralizadas.

A análise desse histórico está acostada aos autos (SEI 35922373) e descrita no respectivo ETP. Compreende os volumes de impressões realizadas no âmbito desse contrato durante o período de maio/2022 a abril/2023.

Posteriormente os Ministérios participantes e suas respectivas Unidades descentralizadas encaminharam suas respectivas demandas, registradas na subseção 3.5. deste TR. A documentação relativa a tais manifestações foi também acostada aos autos (SEI 36351278 e 36352718).

Ressalta-se que os quantitativos de impressões previstas neste TR constituem-se em estimativas prévias de volumes máximos, não havendo compromisso de execução integral dos totais relacionados.

94. No **item 8 do ETP** e no **item 3.5 do TR** consta a Estimativa das demandas máximas de equipamentos, informadas pelas áreas de TIC dos Ministérios provedores e demandantes e suas respectivas Unidades Descentralizadas.

II.10.2. Critérios de mensuração dos bens e serviços

95. O art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.174, de 2010, mais abrangente para as contratações de tecnologia da informação, fixa a obrigatoriedade de se explicitar, no termo de referência, os métodos objetivos de mensuração do desempenho dos bens e serviços.

96. Tratando-se de serviços de TIC, o novo modelo de sua contratação pela Administração Pública tem como uma de suas diretrizes a mensuração e pagamento dos serviços por resultado, o que, nas palavras de Augusto Sherman Cavalcanti significa:

“A contratação de serviços por resultado compreende o tipo de contratação em que o pagamento da contratada será feito com base na mensuração dos serviços e dos resultados alcançados e verificados.

Evita-se, o mais possível, a utilização de metodologia de pagamento por horas-trabalhadas ou por posto de serviço (horas de disponibilidade do pessoal).

Existem basicamente duas formas de se formalizar um contrato com tal previsão de pagamento por resultados:

- a) mediante o estabelecimento de uma métrica;
- b) mediante a fixação de um Acordo de Nível de Serviço”.

97. O Anexo da IN SGD/ME nº 94, de 2022, em seu item 1.8, ao tratar de diretrizes para contratação de licenciamento de software e serviços agregados, dispõe que *"o órgão ou entidade, durante o planejamento da contratação, deverá compatibilizar prazos e níveis de serviços dos termos contratuais com as condições oferecidas pelo fabricante do produto, mesmo nos casos de contratação de revendedores"*.

98. Outra não é a orientação contida, inclusive na Súmula nº 269 do TCU, segundo a qual "Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos".

99. É dizer, nos termos da Súmula TCU nº 269, não há obrigatoriedade de métrica específica. A escolha da métrica fica a cargo dos gestores, devendo ela importar pagamentos por resultados. Confirma-se, ainda, nesse sentido, o Acórdão nº 1631/2011-Plenário, TC-021.453/2008-3, rel. Min-Subst. André Luís de Carvalho, 15.06.2011 constitui-se em importante precedente, ao definir que a contratação de serviços ligados à tecnologia da informação, sempre que possível, deve se dar preferência ao modelo de contratação de execução indireta baseada na remuneração por resultados, sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado, evitando-se, assim, a mera alocação de mão de obra e o pagamento por hora trabalhada.

100. Sobre o assunto, consta do **Termo de Referência, no item 8. Critérios de Medição e Pagamento** o detalhamento sobre o pagamento, **na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente**, nos termos da **Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023**:

Para aferição da qualidade dos serviços executados, serão mensurados mensalmente - e monitorados continuamente - os indicadores de qualidade estabelecidos nesta subseção, vinculados a cada OS expedida, utilizando-se as respectivas fórmulas de cálculo, e segundo as metas (Níveis Mínimos de Serviços - NMS) estabelecidas

II.10.3. Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão

101. A **Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023** institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

102. De acordo com a referida Portaria, a contratação de serviços de outsourcing de impressão deverá ser realizada observando-se o processo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação disposto na Instrução Normativa SGD-ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, e o modelo de contratação descrito no **respectivo Anexo**:

5.1. DEFINIÇÃO

5.1.1. Os serviços de outsourcing de impressão são prestados em diferentes modalidades, que apresentam vantagens e desvantagens a serem consideradas à luz das características e realidades de cada órgão ou entidade.

5.1.2. As principais modalidades de prestação desses serviços são:

a) Cobrança por franquia de páginas mais excedente;

b) Cobrança apenas por custo unitário de página (sem franquia); e

c) Cobrança pelo fornecimento do equipamento mais custo unitário por página impressa (modalidade híbrida).

(...)

5.2.1. A modalidade franquia mensal consiste na fixação de um valor fixo que abrange o fornecimento do equipamento e uma quantidade mínima de páginas sendo cobrado o excedente quando ultrapassada a franquia.

103. Assim, **RECOMENDA-SE** na presente contratação a observação das normas da **Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023**, especialmente do respectivo **ANEXO** de natureza eminentemente técnica.

II.11. Parcelamento do objeto da Contratação

104. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".

105. Ainda sobre o assunto, importa observar o disciplinado no art. 12, § 2º, inciso I, e § 3º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022:

"Do Termo de Referência

Art. 12. O Termo de Referência será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, incluindo, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

§ 2º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de:

I - realizar o parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução; e

(...)

§ 3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no § 2º do art. 40, e inciso II do art. 47, da Lei nº 14.133, de 2021. "

106. Corroborando a necessidade do parcelamento do objeto, não é demais rememorar que o art. 3º, inciso I, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, veda expressamente a contratação de "mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12".

107. Nos casos em que o objeto pode ser fracionado, cumpre à autoridade competente, caso a contratação por item não seja mais vantajosa ou acarrete prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, apresentar a devida justificativa técnica.

108. Quanto ao assunto em destaque, a área técnica, no item **3.6. Justificativa do Não Parcelamento da Solução de TIC do Termo de Referência**, justificou o não parcelamento da solução de TIC.

II.12. Critérios de sustentabilidade

109. Segundo os artigos. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021, as contratações públicas têm como princípio e por objetivo a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

110. Nesse contexto, são aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade.

111. Deve o órgão assessorado, portanto, verificar se (1) a especificação do objeto está de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, além de verificada a (2) incidência de exigências de sustentabilidade em obrigações da contratada, bem como indicar as dimensões dessa incidência e as condições para a sua aplicação.

112. Para tanto, é de fundamental importância a consulta ao **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição, atualizado em setembro de 2023**, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>, inserindo nos ETP e nas minutas de Termo de Referência, Edital e anexos os critérios de sustentabilidade de acordo com o Plano de Gestão de Logística Sustentável -PGLS do órgão e o Plano Anual de Contratações.

113. Sobre a sua utilização, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia “ tem como objetivo oferecer segurança jurídica aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais” (TCU – Acórdão 1056/2017 – Plenário).

114. A inserção dos critérios de sustentabilidade deve seguir o procedimento descrito na “Cartilha como inserir critérios de sustentabilidade nas contratações públicas”, 1ª edição, datada de dezembro de 2022, disponível no mesmo endereço eletrônico (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>).

115. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridas outras previsões de sustentabilidade além das legalmente previstas e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios.

116. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial;
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

117. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços a serem contratados. Se a Administração entender que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

"I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas,

que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União".

118. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos serviços a serem contratados. Se a Administração entender que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

119. No caso vertente, consta do **Termo de Referência**, a previsão dos **critérios de sustentabilidade** aplicáveis à presente contratação, no item **4.16.4**.

II.13. Pesquisa de preços e orçamento estimado da contratação

120. A estimativa de preço da contratação deverá constar de orçamento detalhado, composto por preços unitários, conforme previsto no art. 20, *caput*, e parágrafos, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, *verbis*:

"Art. 20. A estimativa de preço da contratação deverá ser realizada pelo Integrante Técnico com o apoio do Integrante Administrativo para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas atualizações, que versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

§ 1º A estimativa de preço derivada exclusivamente de propostas de fornecedores somente deverá ser utilizada mediante justificativa, nos casos em que não for possível obter preços de contratações similares de outros entes públicos ou do Painel de Preços.

§ 2º A pesquisa de preço descrita no parágrafo anterior deverá considerar, sempre que possível, os valores praticados diretamente pelos fabricantes.

§ 3º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas - PMC-TIC deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior ao PMC-TIC.

§ 4º As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC publicados pelo Órgão Central do SISP poderão ser utilizadas como preço estimado."

121. Além dos critérios estabelecidos na IN SGD/ME nº 94, de 2022, deve ser observada a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

"Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

122. A equipe de Planejamento da Contratação apresentou **Análise Comparativa de Custos no item 12 do Estudo Preliminar Técnico**. A metodologia foi explicada no item 12.2:

12.2. Memória de Cálculo

Para calcular o custo anual total da contratação em cada um dos cenários conforme os dimensionamentos apresentados na seção 9 deste documento, foi utilizado o mecanismo a seguir:

a) Obtiveram-se os respectivos Quantitativos estimados Mensais (QM) de impressões por tipo de impressão (mono e color) e formato de papel (A3 e A4), de acordo com o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão e modelagem para cada cenário, conforme estudos relatados na seção 8 deste documento;

Para o cenário OE+P, considerou-se para os itens de locação as quantidades máximas de equipamentos instaladas no período da amostra, informadas na tabela 5 da seção 8. Constituem-se nas mesmas quantidades utilizadas para os cálculos dos quantitativos mensais de impressões em todos os cenários viáveis.

b) Obtiveram-se os Valores Unitários estimados (VU) por impressão para cada item do Catser (aluguel ou tipo e formato de papel) em prospecção no Painel de Preços, conforme doc SEI nº 35922431, utilizando-se a mediana para cada item, vez que as médias obtidas nessas pesquisas apresentaram valores distorcidos.

c) Calcularam-se os Valores Mensais estimados (VM) por item da contratação (um item para cada Catser) pela fórmula $VM = QM \times VU$.

d) Calcularam-se os Valores Anuais estimados para cada item (VA) multiplicando-se os valores mensais por 12 meses (fórmula: $VA = VM \times 12$).

e) Somaram-se os valores anuais dos itens obtendo-se assim o Valor Anual Total (VAT) para o cenário ($VAT = VA$).

Já a projeção dos valores anuais para os anos seguintes foram estimados a partir do Valor Anual Total obtido (VAT) considerando uma projeção para o ICTI esperada de 5,58% a.a., variação do índice para o período de maio/2022 a abril/2023, conforme apurado pelo IPEA (ver

123. Já no **item 10 do Termo de Referência** consta o tópico 10. Estimativas do Valor da Contratação:

A contratação em pauta adota o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão instituído pela Secretaria de Governo Digital por meio da Portaria SGD/MGI nº 370/2023, na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, cuja métrica é a página impressa.

A mensuração do custo da contratação foi realizada com base em estudos estatísticos do histórico de consumo desses serviços no contrato de maior volume que vem atendendo a maior parte das áreas dos Ministérios demandantes nos últimos anos, na participação de representantes desses demandantes na Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) do presente processo de Planejamento da Contratação de TIC (PCTIC), e no questionamento às diversas Unidades quanto a suas necessidades de tais serviços.

A planilha demonstrativa da análise estatística que resultou nos quantitativos estimados de impressões para execução adequada dos serviços objetos da presente contratação está acostada ao presente processo administrativo sob o nº SEI 35922373. Já o mecanismo utilizado para a estimativa dos preços máximos unitários encontra-se detalhado no Relatório SEI nº 36404237.

124. A presente contratação, a pós pesquisa mercadológica, possui valor máximo mensal de **R\$ 512.666,20 (quinhentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)** e anual de **R\$ 6.151.994,40 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**.

125. Considerando que se trata de matéria estritamente técnica, inerente à competência da Administração, cabe a este órgão consultivo orientar a respeito do tema, sem necessariamente fazer juízo de valor a respeito do resultado da pesquisa.

126. Em outros termos, este consultivo não é competente para a avaliação crítica dos valores, recaindo sobre o gestor a competência de expressa certificação de que a pesquisa de preço obedece aos critérios estabelecidos na IN SGD/ME nº 94, de 2022, e na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, bem como que os preços se encontram adequados aos padrões de mercado -, devendo-se observar, ainda, os princípios da economicidade e vantajosidade.

127. Por fim, registre-se que, uma vez apurado e definido o valor estimado ou o valor máximo aceitável, cumpre ao órgão avaliar, cuidadosamente, se será o caso de divulgá-lo ou mantê-lo sob sigilo, nos termos do art. 24 da Lei n. 14.133/2021. No caso concreto, verifica-se que o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação já consta da minuta de edital e anexos, não havendo que se cogitar no seu caráter sigiloso.

II.14. Disponibilidade orçamentária

128. Nos termos do *caput* do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com as leis orçamentárias.

129. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o art. 10, inciso IX, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

130. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

131. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa nº 52 do Advogado -Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

132. No caso dos autos, em conformidade com o art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, e com a Orientação Normativa AGU nº 20, de 1º de abril de 2009, na licitação para registro de preços, somente é necessária a comprovação da disponibilidade orçamentária, no momento da contratação, devendo o responsável zelar pelo seu atendimento:

Decreto nº 11.462/2023 - SRP

Da disponibilidade orçamentária

Art. 17. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

133. Destaca-se que apesar de se tratar de contratação por registro de preços, consta nos autos a **Certificação de Disponibilidade Orçamentária (SEI 38630075)**.

II.15. Intenção de Registro de Preços

134. Nos termos do art. 7º, do Decreto nº 11.462, de 2023, cabe ao órgão gerenciador registrar sua intenção de registro

de preços no Portal de Compras do Governo Federal.

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

135. Outrossim, conforme art. 9º, o órgão deverá fazer a divulgação do procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação ou poderá dispensar sua divulgação, justificadamente:

Da intenção de registro de preços

Divulgação

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 7º e nos incisos I, III e IV do **caput** do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no **caput** será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O procedimento previsto no **caput** poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o **caput**.

136. De acordo com o **item 3.7.1 do TR**, houve a justificativa de **não** realização de procedimento de **Intenção de Registro de Preços**.

II.16. Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio

137. Os artigos 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei e o art. 9º da referida lei apresenta algumas limitações a serem observadas no caso concreto.

138. O Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

139. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto nos artigos 5º e 7º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

140. Por fim, convém observar que o artigo 29 do referido Decreto faz alusão à possibilidade de edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos:

Art. 29. Os órgãos e as entidades, no âmbito de suas competências, poderão editar normas internas relativas a procedimentos operacionais a serem observados, na área de licitações e contratos, pelo agente de contratação, pela equipe de apoio, pela comissão de contratação, pelos gestores e pelos fiscais de contratos, observado o disposto neste Decreto.

141. Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.246, de 2022, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

142. No caso concreto, por meio da **PORTARIA MGI-DAL nº 6.467, de 23 de OUTUBRO de 2023**, foram designados **pregoeiro, agentes de contratação e equipe de apoio (SEI 38808212)**.

II.17. Análise das minutas

143. Como medida de eficiência e celeridade administrativa prevista no inciso IV do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, devem ser utilizadas os modelos de minutas padronizadas confeccionadas pela Advocacia-Geral da União, **ressaltando que eventuais alterações na referida minuta deverão ser acompanhadas de justificativas**.

144. Tal postulado foi registrado na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06:

"A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No intuito de padronização nacional, incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.

Convém ainda que os Órgãos Consultivos articulem-se com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas- padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU"

145. Dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, ressalta-se que o gestor responsável deverá tomar as medidas de cautela quanto a eventuais adaptações ou acréscimos que se fizerem necessários nas minutas para a sua adequação ao caso concreto.

146. Ademais, todas as minutas devem estar harmônicas entre si, em suas disposições, para não violar o princípio da segurança jurídica dos participantes, da Administração Pública e da contratada.

a) Termo de Referência

147. Conforme indicado no **Termo de Referência 50/2023 (SEI nº 38217533)**, o TR foi elaborado corretamente em conformidade com o modelo de Termo de Referência para **Contratações de Soluções de TIC**.

148. Apesar de se tratar de documentos de natureza eminentemente técnica, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, o **Termo de Referência** aborda os principais tópicos e requisitos exigidos para aprovação do instrumento.

149. De acordo com o **Termo de Responsabilidade - TR (SEI nº 38624720)**, tem-se que:

Pelo presente, declara-se que o Termo de Referência nº 50/2023 (SEI 38217533), elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação instituída pela Portaria DAL/MGI Nº 3.418, de 4 de julho de 2023 - relativo ao processo de Contratação Solução corporativa de impressão, reprodução e digitalização de documentos (outsourcing de impressão) na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, para atendimento de necessidades do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), compreendendo os Ministérios demandantes nos termos da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 (Portaria MGI nº 43/2023), do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social, que compõem entre si arranjo colaborativo próprio, nos termos dessa mesma Portaria - foi elaborado com base no modelo elaborado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (Atualização: maio/2023) constante no seguinte link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic/>.

b) Minuta de edital

150. No caso, a Administração informa que a minuta de **Edital de Pregão Eletrônico (SEI 38808563)** foi elaborada corretamente com base no Edital modelo para Pregão Eletrônico para contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021, da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, Atualização: maio/2023.

151. A licitação será realizada por pregão eletrônico, em grupo único, formados por **8 itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com fundamento no art. 3º do **Decreto 11.462/2023**.

152. De acordo com o **Termo de Responsabilidade - Edital (SEI nº 38810721)**, tem-se que para a elaboração da **minuta de Edital**, foi utilizado o seguinte modelo:

Pelo presente, declaro que para a elaboração da Minuta de Edital (SEI nº38808563), foi utilizado o modelo da Advocacia Geral da União, Edital "modelo_edital_pregao_-srp_tic_lei_14-133_v-maio23.docx (live.com)", versão maio/2023, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao>.

Declaro ainda, que os únicos itens que foram modificados ou excluídos desta minuta foram os seguintes:

(...)

153. Pela leitura da **minuta de Edital (SEI 38808563)** verifica-se a viabilidade legal para a utilização, estando apta à assinatura.

c) Minuta de Ata de Registro de Preço

154. Os requisitos da **minuta de Ata de Registro de Preços (SEI nº 38968648)** estão previstos no Decreto nº 11.462/2023, devendo estar em conformidade também com a minuta do edital e do termo de referência.

155. De acordo com o **Termo de Responsabilidade (SEI nº 38810721)**, tem-se que para a elaboração da **minuta de Ata de Registro de Preços**, foi utilizado o seguinte modelo:

Para a elaboração da **Minuta de Ata de Registro de Preços (SEI nº 38968648)**, foi utilizado o seguinte modelo: "modelo_ata_registro_de_precos_lei_14-133_v-maio23" Atualização: maio/2023 <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao>. Declaro que não houveram modificações ou exclusões de cláusulas na minuta da ata de registro de preços, apenas

156. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

157. Pela leitura da **minuta de Ata de Registro de Preços (SEI nº 38968648)**, verifica-se a viabilidade legal para a utilização, estando apta à assinatura

d) Minuta de contrato

158. O art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021 trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da **Minuta de Contrato - Serviço TIC/LIC - L14133 (SEI nº 38915091)**.

159. Na Cláusula Primeira, há a definição do objeto como sendo a realização de pregão eletrônico **para registro de preços e eventual contratação de solução corporativa de impressão, reprodução e digitalização de documentos (Outsourcing de Impressão) na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente**.

160. De acordo com o **Termo de Responsabilidade (SEI nº 38917463)**, tem-se que para a elaboração da **minuta de Contrato**, foi utilizado o seguinte modelo

Pelo presente, declara-se que, para elaboração da Minuta de Contrato (SEI38915091), utilizou-se a minuta padrão da Advocacia-Geral da União - AGU, disponibilizado no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic>: Modelo Contrato - TIC - Serviços - Lei 14.133

Desta forma, cumpre registrar que foram realizados os seguintes ajustes:

161. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados de sua assinatura, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

162. A presente contratação, a pós pesquisa mercadológica, possui valor máximo mensal de **R\$ 512.666,20 (quinhentos e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)** e anual de **R\$ 6.151.994,40 (seis milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**.

163. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

164. Conforme já tratado neste Parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

165. **RECOMENDA-SE** preencher os campos em branco na minuta de Contrato quando da efetiva contratação, especialmente ementa, preâmbulo, objeto, vigência e preço da contratação.

166. No mais, pela leitura da minuta de **Contrato (SEI nº 38915091)**, verifica-se a viabilidade legal para utilização, estando apta à assinatura.

III – CONCLUSÃO

167. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, opina-se pela viabilidade jurídica da presente licitação e pela aprovação das minutas de **Termo de Referência 50/2023 (SEI nº 38217533)**, **Edital (SEI 38808563)**, **Ata de Registro de Preços (SEI nº 38968648)** e **Contrato (SEI nº 38915091)**, desde que sejam observadas as recomendações abaixo:

168. **RECOMENDA-SE**, no momento oportuno, adotar as providências necessárias para obter a autorização do art. 3º, do Decreto nº 10.193, de 2019, o que pode ser feito até antes da assinatura do Contrato;

169. **RECOMENDA-SE** a juntada aos autos do acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Trabalho e Emprego/Ministério da Previdência Social. Se ainda não houver acordo assinado, **RECOMENDA-SE** a respectiva pactuação, antes da assinatura do futuro contrato;

170. **RECOMENDA-SE** a **exclusão da FUNAI** do pregão, com a alteração da planilha de estimativa de demanda dos órgãos interessados e atualização do Termo de Referência e do valor total da licitação, conforme exposto no parágrafo 45 acima.

171. **RECOMENDA-SE** à área técnica observar, no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência, no Catálogo de Serviços e no Edital, as vedações contidas nos **artigos 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022**;

172. **RECOMENDA-SE** à área técnica atestar se foi utilizado o Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do Sisp ou apresentar justificativa, conforme previsto no art. 9º, § 6º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022;

173. **RECOMENDA-SE** na presente contratação a observação das normas da **Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de**

março de 2023, especialmente do respectivo **ANEXO** de natureza eminentemente técnica;

174. **RECOMENDA-SE** preencher os campos em branco na minuta de Contrato quando da efetiva contratação, especialmente ementa, preâmbulo, objeto, vigência e preço da contratação;

175. Cumpre destacar que todas as observações expostas têm como premissa a veracidade e a exatidão dos dados, informações, cálculos e valores constantes do processo, que são de responsabilidade exclusiva da Administração.

176. Nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais; todavia, ao assim proceder, o gestor público deve estar ciente de que age por sua conta e risco, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, consoante reconhece a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 826/2011 e nº 521/2013 - Plenário; nº 1.449/2007 e nº 1.333/2011 - 1ª Câmara; nº 4.984/2011 - 2ª Câmara).

177. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do Parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada e justificada, consoante previsão do art. 50, inciso VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação desta Diretoria de Serviços sem Mão de Obra Exclusiva - SCGP.

178. Nesse contexto, é necessário ressaltar que não integra o fluxo consultivo a fiscalização posterior de recomendações feitas na manifestação jurídica, sendo ônus do gestor a responsabilidade por eventual conduta que opte pelo não atendimento das orientações jurídicas, consoante disposto no enunciado da BPC AGU nº 05, do Manual de Boas Práticas Consultivas.

179. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

180. Após aprovação, sugere-se o encaminhamento dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**.

181. À consideração superior.

Brasília, 18 de dezembro de 2023.

assinado eletronicamente
VIKTOR S L MEIRA LINS
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 12804100067202371 e da chave de acesso 6a8c4b5e



Documento assinado eletronicamente por VIKTOR SÁ LEITÃO DE MEIRA LINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1369447325 e chave de acesso 6a8c4b5e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VIKTOR SÁ LEITÃO DE MEIRA LINS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-12-2023 21:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA
DESPACHO n. 00725/2023/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU

NUP: 12804.100067/2023-71

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI

ASSUNTOS: EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Aprovo o **PARECER n. 00908/2023/CGSEM/SCGP/CGU/AGU**, da lavra do Advogado da União Viktor S. L. Meira Lins, e o acolho em seus fundamentos fáticos e jurídicos, conforme disposto no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

2. Em complementação ao item 74 da manifestação jurídica, o Termo de Referência deverá, ainda, ser aprovado pela autoridade competente, em atendimento ao disposto no art. 12, § 6º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

3. Quanto ao direito de preferência, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, tratando-se, no caso, de contratação de bens e serviços de informática, incide o Decreto nº 7.174, de 2010, o qual, dentre outras disposições, prevê regras de preferência a serem aplicadas nos respectivos certames, em especial nos seus artigos. 5º a 8º, os quais devem ser observados pela Administração.

4. Acerca da questão em comento, o subitem 9.3. do TR esclarece:

O objeto em pauta se constitui em execução de serviços especializados de outsourcing de impressão, predominantemente caracterizados pelo emprego de competências técnicas, desvinculadas, portanto, de requisitos associados ao porte ou poder econômico do fornecedor, desde que possua lastro suficiente para cumprimento dos critérios de seleção, notadamente os relacionados à qualificação técnica e garantia contratual.

Por conseguinte, com o objetivo de privilegiar a competitividade do certame e estimular o empreendedorismo nacional, aplicam-se à presente contratação as regras de preferência dispostas no art. 3º c/c 16-A da Lei nº 8.248/1991, e no art. 6º do Decreto nº 7.174/2010, conforme orientação nº 21 do Portal de Compra do Governo Federal, que pode ser consultada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/21-orientacao-sobre-a-aplicacao-do-direito-depreferencia-nas-contratacoes-de-servicos-de-tecnologia-da-informacao-associados-ao-fornecimento-ou-locacao-de-bens>.

A Contratada deverá atender ao disposto no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/2006, no mínimo na ordem de 50% das eventuais subcontratadas.

5. Sobre o assunto, importa registrar, apenas, que o enquadramento, ou não, dos bens licitados ao instrumento normativo mencionado é matéria de cunho administrativo, de responsabilidade do gestor, já que, para tanto, deve-se levar em conta as especificações técnicas dos objetos licitados, cujo domínio é estranho às atribuições jurídicas deste órgão de consultoria.

6. Por fim, destaca-se que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54 e art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

7. Ainda, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

8. Ao PROTOCOLO SCGP/CGU/AGU, para adoção dos registros eletrônicos pertinentes e encaminhamento dos autos à Ilma. Chefe da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para fins de apreciação conclusiva, nos termos do §2º, do art. 5º, da Portaria Normativa AGU nº 83, de 27 de janeiro de 2023.

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO
Advogada da União
Diretora de Contratação de Serviços Sem Mão de Obra Exclusiva

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [12804100067202371](https://supersapiens.agu.gov.br) e da chave de acesso 6a8c4b5e



Documento assinado eletronicamente por CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1374115678 e chave de acesso 6a8c4b5e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-12-2023 12:54. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO: K - 5º ANDAR - SALA 579 - CEP: 70040-906 - BRASÍLIA - DF

DESPACHO n. 01555/2023/GABIN/CONJUR-MGI/CGU/AGU

NUP: 12804.100067/2023-71

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI

ASSUNTOS: EXECUÇÃO CONTRATUAL

Manifesto ciência e concordância com o PARECER n. [00908/2023/CGSEM/SCGP/CGU/AGU](#), com as considerações do DESPACHO n. [00725/2023/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU](#).

Encaminhe-se à SSC/MGI.

Karoline Busatto

Consultora Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 12804100067202371 e da chave de acesso 6a8c4b5e



Documento assinado eletronicamente por KAROLINE BUSATTO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1375176923 e chave de acesso 6a8c4b5e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KAROLINE BUSATTO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-12-2023 15:06. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
